

Dialética da Violência do Contestado (1912 – 1916)

Cainã Paulino Oliveira

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Introdução/Justificativa

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão crítica sobre a violência do Estado em prol de interesses econômicos no conflito que envolveu pequeno posseiros, caboclos e indígenas de um lado, e membros do poder local, como grandes chefes políticos e fazendeiros do outro, denominado Guerra do Contestado entre 1912 – 1916. O problema deste trabalho é perceber as disposições repressivas do Estado no período Republicano, período este marcado pela modernização das Forças Armadas, tanto as suas instruções militares, seus arsenais de guerra, táticas de combate e a forma com que se recrutavam os soldados. Além disso, é dever levar em consideração os princípios modernizantes da República baseados no progresso e na busca por uma nova visão da sociedade sobre as forças armadas, cujo século XIX foi circunscrito fazendo com que ficassem marcas na memória das populações que sofreram com a violência. Neste sentido, a crítica que se faz é que a violência empregada pelas forças armadas contra as populações mais pauperizadas da sociedade nada mais é do que a legitimação da violência pelo próprio Estado e, no caso do Contestado, se dá em grande parte por interesses na Economia Política.

A forma com que se estabeleceu a região do Contestado remonta a um período do século XVIII e XIX, do qual “cada qual tratava de estabelecer sua fazenda, e levantar casa onde melhor lhe convinha, supondo-se com isto arrumado” (BANDEIRA, 1851, p.397-8 apud QUEIROZ, 1966, p. 19) e os que chegavam depois segundo esta testemunha, largavam o gado nas terras sem se preocupar se está estava ocupada ou não, deixando a decisão para o combate armado. Essa forma de lidar com os pequenos posseiros da região está ligada a ideia do qual se desenvolveu no período de que a gente do Sertão era “incivilizada”, buscando consolidar um julgamento de que esses sujeitos eram avessos ao trabalho. “Ninguém tem o que fazer, ninguém começa a fazer alguma coisa; e,

particular ninguém pensa em tornar a vida – no sentido próprio da palavra, uma vida de cão – um pouco agradável” (AVÉ-LALLEMANT, 1953, p.81 apud QUEIROZ, 1966, p. 32) afirma um viajante estrangeiro ao descrever os hábitos dos moradores da região contestada com o olhar de quem está fora dessa realidade. Quem vencias as disputas por terras, geralmente coronéis, fazendeiros de prestígio social, do qual através de seu poder econômico desenvolveu as cidades da região como União da Vitória, Lajes e Curitiba. Quando expulsos de suas pequenas terras, os posseiros não tinham recursos e nem capacidades para criar novas unidades pastorais. Aparece aí o “intruso”, buscando utilizar um pouco do sertão para amenizar sua pobreza e sua carência de recursos para a própria subsistência.

Segundo Mauricio Vinha de Queiroz (1966) o conflito por terras foi agravado pela no contexto da proclamação da República, onde o ordenamento da propriedade das terras públicas passou do governo central para os estados, controlados então por uma aristocracia local, que distribuíam entre seus pares políticos as “últimas extensões praticamente disponíveis. Tornavam-se cada vez mais frequentes as expulsões dos intrusos, que ficavam sem ter para onde ir ou tinham de sujeitar-se a condições de trabalho que de outra forma não aceitariam (QUEIROZ, 1966, p. 64). No entanto, outro elemento que contribuiu fortemente para a instabilidade social na região contestada foi a introdução da ferrovia, que promoveu uma série de problemas (MACHADO, 2017, p. 142). Com as atividades da empresa monopolista *Brazil Railway Company*, na exploração da linha ferro que ligava os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, e a *Southern Brazil Lumber and Colonization* na exploração de madeiras para a colonização estrangeira, a região passa enfrentar uma investida capitalista, que perpassam entre os interesses da elite regional – compõe este grupo os coronéis, lideranças políticas, grandes fazendeiros – para os interesses das empresas internacionais. Esse acontecimento vai resultar nas primeiras expulsões de pequenos posseiros que estavam as margens da estrada que corta o Sul do país.

Objetivo

Desenvolver uma reflexão crítica a respeito da violência estatal na região do Contestado no período da guerra sertaneja (1912 – 1916) a partir do desempenho e atuação de seus mecanismos repressivos materializados nas Forças Armadas/Exército, considerando a legitimação da repressão

ostensiva, como ferramenta dos interesses capitalistas da República.

Metodologia

O método para desenvolver uma reflexão crítica a respeito da violência do Estado no Contestado, portanto, é analisar os mecanismos repressivos e em que se fundamenta a legitimação da ação ostensiva do exército contra os milenaristas do contestado. Neste trabalho, buscaremos utilizar autores e fontes que irão fundamentar a análise do que chamamos de dialética da violência no Contestado. Nossa abordagem teórica baseia-se na análise concreta da realidade concreta e buscaremos autores ligados à crítica da exploração capitalista. Dessa forma, levaremos em consideração o que Augustín Cueva afirma sobre a relação de dependência, uma relação subalterna aos interesses do capitalismo internacional,¹ se tornando indispensável a sua compreensão para entendermos a atuação do exército em relação ao meio em que se desenvolvia. Ao meio da expansão latente do capitalismo, as empresas *Brazil Railway Company* e *South Brazilian Lumber and Colonizatio Co* tem papel fundamental ao nos trazer um debate sobre a atuação das grandes empresas internacionais, sobre os países de capitalismo subdesenvolvidos no início do Século XX. Este fenômeno, por sua vez, molda as bases econômicas de acordo com a conexão que é estabelecida com o capitalismo europeu e estadunidense. No Brasil, seu processo de desenvolvimento e progresso não só econômico, mas social, às intervenções econômicas adotadas pelo Estado eram elaboradas de acordo com a expansão do capitalismo desenvolvido dos grandes centros econômicos. Dessa forma, a debilidade de sua economia é mascarada por interesses do Estado para fortalecer um outro centro econômico de maior influência; e a população mais agravada nesse processo, fica esquecida pelo Estado, sem perspectiva de futuro, massacrados pela desgraça do capitalismo, na esperança de uma transformação do mundo no “recair do milênio”, resultando na

¹ [...] o resultado de um processo no qual as burguesias dos estados mais poderosos abusam das nações economicamente débeis, aproveitando exatamente essa condição, uma vez que esses abusos perpetuam e até aprofundam tal debilidade, reproduzindo em escala ampliada, ainda que em modalidades variantes, os mecanismos básicos de exploração e dominação. [...] que consistiu essa debilidade inicial – que em nosso caso se identifica com a “herança colonial” – e a configuração que a partir dela foram adquirindo as novas nações em sua primeira etapa de vida independente. Pois é claro que a plena incorporação da América Latina ao sistema capitalista mundial, quando este alcança seu estágio imperialista no último terço do século XIX, não ocorre a partir de um vazio, e sim sobre a base de uma matriz econômico-social preexistente, ela mesma moldada em estreita conexão com o capitalismo europeu e norte-americano em sua fase protoimperialista. CUEVA, Augustín. **O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global Editora. 1983, p. 19.

desgraça de seus próprios pares sociais.

Resultados

Ao meio em que o latifúndio vai desenvolvendo na região através da exploração da madeira e da criação de gado, inclui-se a participação de um corpo armado, incluindo as Forças Armadas, de modo que este se torne, segundo Nelson Werneck Sodré (1986), um instrumento adequado da burguesia em ascensão e das transformações na sociedade que esta participa, principalmente no momento de sufocar Movimentos Sociais. Com isso, percebemos que havia uma recusa em ver os seguidores de João Maria, como agentes históricos, pois estes sempre foram tratados como incivilizados, bandoleiros, possuidores de um fanatismo religioso por seguirem um monge tido como farsante e por fins indesejados pela república. Ao ponto em que a elite local apresenta a sociedade brasileira o sujeito pernicioso do Contestado, o exército o localiza e o compreende enquanto um inimigo da pátria. Desta forma, a violência se torna legítima no interior da instituição como meio necessário para lidar com aquela gente que estaria atrapalhando o desenvolvimento e o progresso.

Sobretudo, há de se levar em consideração a forma de se levar a vida dos seguidores de José Maria, cujo os traços de uma economia de subsistência, ameaçava a influência dos chefes políticos locais, onde os laços de sociabilidade mantinham predomínio sobre a população através da ameaça e da violência de seus capangas. Para Paulo Pinheiro Machado (2017), “fica evidente, também o aparecimento dos primeiros traços do “comunismo caboclo”, quando as pessoas que acorrem ao povoado passar a ser sustentadas por todos, “mesmo se não tivesse contribuído com nada” (MACHADO, 2017, p. 193). No entanto, as mobilizações sociais em volta dos Sertanejos não tinham o objetivo de revolucionar a realidade concreta, mas sim manter seu modo de vida e continuar seus afazeres dos redutos. Portanto, é nesse sentido que o filósofo marxista Domenico Losurdo (2004) nos é valioso, quando este afirma que “a dominação econômica e o monopólio ou o controle das ‘mercadorias’” por determinada classe social permite “tiranizar” aqueles que estão privados de mercadorias e “vivem em condições de absoluta precariedade econômica” (LOSURDO, 2004, p. 3) como é o caso dos moradores dos redutos.

Referências

CUEVA, Augustin. **O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global Ed., 1983.

JOAS, Hans. **Guerra y Modernidad**: estudos sobre la história de la violência en el siglo XX. Barcelona: Paidós, 2005.

LOSURDO, Domenico. **Marx, a tradição liberal e a construção histórica do conceito universal de homem**. Rio de Janeiro/ São Paulo: editora da UFRJ/Unesp, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e atuação das chefias caboclas (1912 – 1916). São Paulo: UNICAMP, 2004.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social**: a guerra sertaneja do Contestado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um Grande Sertão**: a guerra do Contestado e a modernização do exército brasileiro. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/contestado/trabalhos/RODRIGUESRogérioRosa.pdf>.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968. <https://traduagindo.com/2021/03/15/nelson-werneck-sodre-historia-militar-do-brasil/>

Documentos

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO BRASILEIRO: **Regulamento Para os Exercícios de Cavallaria Brasileira**. Imprensa Militar dos Estados Unidos do Brazil, Capital Federal, 1908. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/4208/1/1908_REGULAMENTO%20PARA%20OS%20EXERCICIOS%20DE%20CAVALARIA%20BRAZILEIRA.pdf.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO BRASILEIRO: **Departamento de Guerra**. Imprensa Militar dos Estados Unidos do Brazil, Quartel General na Capital Federal, 1909. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/327/1/19090012_BE03ocr.pdf&ved=2ahUKEwjous-6j-xwAhXIGrkGHAmYD60QFjAAegQIAxAC&usg=AOvVaw0ekzJf9ItsB-BtheLQIAz.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Memórias**: dados para a História do Brasil. 1950. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/contestado/acervo#livros>.

PEIXOTO, Dermeval. **A Campanha do Contestado**: episódios e impressões. Rio de Janeiro: Segundo Milheiro, 1920. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/contestado/acervo#livros>.